



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . .	Ano 360\$
A 1.ª série . . .	140\$
A 2.ª série . . .	120\$
A 3.ª série . . .	120\$
Semestre	200\$
"	80\$
"	70\$
"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 21 250, que cria o Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 21 307:

Amplia com um lugar de escrivário de 2.ª classe os quadros do pessoal auxiliar das Conservatórias do Registo Predial de Loulé e Vila Verde.

Ministério das Finanças:

Portaria n.º 21 308:

Aprova o novo impresso modelo C. P. — D 84, destinado ao fornecimento de elementos para o preâmbulo do Orçamento Geral do Estado, a remeter pelas autarquias locais do continente e ilhas adjacentes à Direcção-Geral da Contabilidade Pública, substituindo o modelo aprovado pela Portaria n.º 17 849.

Ministério da Marinha:

Decreto n.º 46 356:

Dá nova redacção a várias disposições dos Decretos n.ºs 24 459 e 42 283 (Regulamento das Imposições Marítimas Gerais).

Portaria n.º 21 309:

Dá nova redacção ao n.º 28.º da Portaria n.º 20 678, que estabelece as condições em que se realiza o ingresso na classe dos oficiais do serviço especial, criada pelo Decreto-Lei n.º 44 788.

Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 5.º do orçamento do Ministério.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público terem os Governos da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia notificado que denunciavam a Convenção internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilégios e hipotecas marítimos, assinada em Bruxelas a 10 de Abril de 1926.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 46 357:

Autoriza a Comissão de Construções Hospitalares a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois pavilhões de internamento do Hospital Psiquiátrico de Magalhães Lemos, no Porto.

Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 21 310:

Manda publicar nas províncias ultramarinas da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor, para nas mesmas ter execução, a Portaria n.º 12 300, que determina que as reitorias dos liceus do ultramar elaborem, logo que terminem os exames do 2.º e 3.º ciclos, propostas fundamentadas para a concessão de prémios nacionais aos alunos que satisfazam aos requisitos legais.

Portaria n.º 21 311:

Porroga por mais seis meses a competência conferida aos órgãos legislativos da província ultramarina de Moçambique pelo artigo 2.º do Decreto n.º 45 719 para expedir diploma aprovando nova pauta aduaneira de importação para mercadorias originárias de países estrangeiros.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Gabinete do Ministro da Saúde e Assistência, a portaria publicada sob o n.º 21 250, no Diário do Governo n.º 92, 1.ª série, de 27 de Abril findo, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 4.º, onde se lê: «O Dispensário de Higiene e Profilaxia Mental de Lisboa fica desde já integrado no Centro», deve ler-se: «O Dispensário de Higiene Mental Infantil de Lisboa fica desde já integrado no Centro».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 24 de Maio de 1965. — O Secretário-Geral, Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 21 307

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 3 do artigo 63.º do Decreto n.º 44 064, de 28 de Novembro de 1961, sejam ampliados com um lugar de escrivário de 2.ª classe os quadros do pessoal auxiliar das Conservatórias do Registo Predial de Loulé e Vila Verde.

Ministério da Justiça, 27 de Maio de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela.